



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003728-95.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão**
 Requerente: **DOMINGOS DONISETTE CALABRESE**
 Requerido: **Simone da Conceição Matias**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter vendido um caminhão à ré, mas ela não lhe pagou o preço ajustado.

Diante disso, e considerando a existência de cláusula contemplando a restituição do veículo em caso de inadimplemento da ré, almejou à rescisão do contrato e à busca e apreensão do bem.

A ré é revel.

Citada pessoalmente (fl. 22), ela compareceu à audiência realizada (fl. 23) e não apresentou contestação ou justificou sua inércia (fl. 27).

Presumem-se verdadeiros, portanto, os fatos articulados pelo autor na forma do art. 20 da Lei nº 9.099/95.

Como se não bastasse, os documentos de fls. 09/12 prestigiam as alegações do autor, confirmando a celebração do negócio com a ré de acordo com o relatado contido na petição inicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A ré reconheceu sua inadimplência, tanto que ofereceu ao autor a quitação da dívida em quatro pagamentos (fl. 23), o que rende ensejo à rescisão da compra e venda com a restituição ao mesmo do veículo trazido à colação.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato de compra e venda celebrado entre as partes, bem como para deferir a expedição de alvará à CIRETRAN local para que diligencie a transferência do veículo em apreço ao autor independentemente de qualquer outra diligência.

Torno definitiva a decisão de fl. 13.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**